

Retornou em  
13/08



Arg. ex 30/89

# Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19.....89.....

INTERESSADO: VER; PEDRO LUIZ CORRÊA

PROJETO DE LEI N.º

17/89

PROTOCOLADO SOB O N.º.....2838/89.....

## ASSUNTO:

Concedendo estabilidade, aos servidores Municipais que  
na data da Promulgação da constituição contém com cinco anos  
de serviços continuados

## AUTUAÇÃO

Aos 28 dias do Mês de setembro do ano de mil novecentos e  
oitenta e nove, autuo, nos termos da lei, a petição de fls. 001 e mais  
documentos que se seguem.

*[Signature]*

PROTOCOLISTA

PROJETO DE LEI Nº

171/89

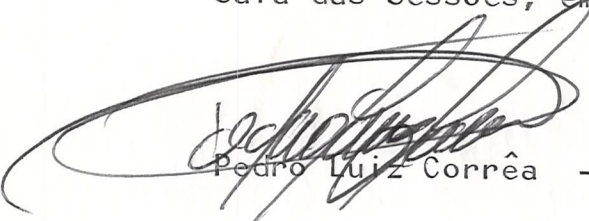
EMENTA: Concede estabilidade, aos servidores Municipais que na data da Promulgação da constituição con têm com cinco anos de serviços continuados.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA resolve:

Art. 1º - São considerados estáveis no serviço público municipal, os servidores da administração direta que na data de 05 de outubro de 1988, correspondente à promulgação da Nova Constituição Federal, estiverem em exercício, mesmo que em cargo de substituição, há pelo menos cinco anos continuados e que não tenham sido admitidos em aprovação prévia por concurso público, na forma estabelecida no Artigo 19 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1989.

  
Pedro Luiz Corrêa - Vereador.



J U S T I F I C A T I V A

Com o advento da Nova Constituição Federal, restu patente o interesse do legislador de amparar e dar cunho jurídico às situações anômalas existentes entre os servidores públicos de todos os poderes, notadamente no âmbito municipal e o próprio poder no tocante ao tempo de sua prestação de serviços.

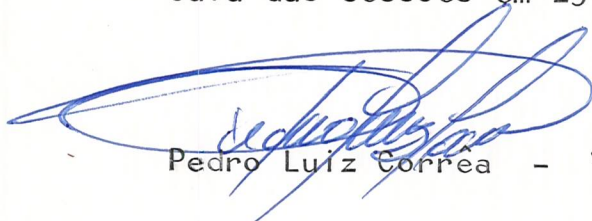
Diante da insegurança reinante no seio da classe dos servidores públicos municipais de Vitória, quanto à juridicidade ou não de sua permanência no cargo, o dispositivo figurante no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias veio dar fim às dúvidas existentes e propiciar a legalização em definitivo da situação jurídica desses servidores.

A medida é de profundo alcance social e está , quanto à sua legitimidade e consequente constitucionalidade, plenamente encaixada nas determinações da Nova Carta, não havendo por que ser questionada, até porque, encontra embasamento no teor do Inciso XII do Artigo 27 da atual Lei Orgânica.

Assim também é o que dispõe o Artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constituindo-se o presente Projeto de Lei na adaptação jurídica e necessária das Leis Municipais de Vitória, aos critérios novos instituídos na Carta de outubro/88.

Diante pois da evidente constitucionalidade da medida e, acima de tudo da oportunidade de sua proposição, confiamos em que receberá o apoio unânime de todo o Colegiado desta Casa.

Sala das Sessões em 25 de setembro de 1989.



Pedro Luiz Corrêa - Vereador.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ANEXA AO PROCESSO Nº 2838/89

As Comissões de Justiça e Finanças

Em 31/10/89

[Signature]  
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador Luiz Toledo

para relatar.

Em 11/10/89

Walfredo Wilson das Neves  
PRESIDENTE

Sr. Presidente: Em 12/10/89

O Projeto de Lei 171/89, de autoria do ilustre Vereador Pedro Luiz Corrêa, tornou-se sem efeito com a promulgação da Lei Orgânica, deste Município, que garantiu aos Servidores Municipais a estabilidade do emprego (Ato das Disposições Transitórias, Artº. 7º).

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990-

[Signature]  
LUZIA ALVES TOLEDO

RELATORA

Aprovado o parecer.

Encaminhe-se à Secretaria da Câmara

S.S.A.V. 11/10/90

[Signature]  
Presidente da Comissão



~~SUPERINTENDENTE~~  
~~ADMINISTRATIVO~~

Assessor

Amelmo Karanja

Para Relator

Em, 16 / 10 / 90

Encaminha-se ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento tendo em vista nunca ter havido reunião da Comissão de Finanças no biênio 89/90

Ansarino, Luciano

Anselmo Lapa  
Vereador Vitória

Ao Vereador Nami/Chiquier  
para relatar o presente processo

08/03/11  
Stan Stein  
President.

Redistribuido ao Vereador Dr.º BZENKES.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

05  
JPA

Comissão de Finanças e Orçamento  
Ao Vereador Ary Pereira Bezerra  
para relatar o presente processo  
Em 09, 08, 91  
Namy Chequer Bou-Habib Filho  
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 171/89

PARECER:

O ilustre Vereador PEDRO LUIZ CORRÊA apresentou o presente Projeto de Lei à consideração dos seus pares, através do qual torna estáveis os servidores da administração direta que na data de 5 de outubro de 1988, estivessem em exercício, mesmo que em cargo de substituição, há pelo menos cinco anos continuados e que não tenham sido admitidos em aprovação prévia por concurso público.

A Constituição Federal, em seu artigo 19 das Disposições Constitucionais Transitórias consagra a estabilidade pretendida pelo ilustre Vereador. Dar-se respaldo à sua pretensão é "chover no molhado", eis que não há como se negar a estabilidade preconizada pela CF aqueles servidores beneficiados pelo supra mencionado artigo 19.

Assim somos pela rejeição da matéria, eis que tornou-se ela sem efeito ante a promulgação da Constituição Federal de 05.10.1988.

É o nosso Parecer.

SALA DAS COMISSÕES, em 12 de agosto de 1991.

ARY PEREIRA BEZERRA

Vereador.

Voto em separado, pelas conclusões, inclusive porque a matéria em apreço se encaixa no conjunto das previsões de



iniciativa privativa do Prefeito, na forma do inciso IV, parágrafo único do art. 80 da Lei Orgânica Municipal.

Em 26 de agosto de 1991

João Sá.   
 pelas conclusões

Comissão de Finanças e Orçamento

Aprova o parecer

A Presidência da Câmara para as providências cabíveis.

Em 26 / 08 / 91

Namy Chahar Ton Habib Filho  
Presidente

Do Departamento Legislativo para as  
providências:

Em 03/ setembro/ 91.

Alexandre Buaiz Neto  
Presidente da C.M.V.

A.   
 O presente parecer recebe pareceres  
 dos Conselhos de Fomento e Fomento, segundo  
 observou o artigo 159 do Regimento Interno.

Em 14.11.1991

Julio



06  
27/11

ANEXA AO PROCESSO N.º 2838/89

Ào Gab/Presidente/CMV.

Dr. Presidente

Visto que a matéria foi  
rejeitada, pelas Comissões, solicito  
autorizar o arquivamento do presente.

Em 22.11.1.991

Hamilton Woelfel Pacheco  
Superintendente Administrativo

Ào Superintendente, providências em  
previdenciamento: \_\_\_\_\_

E, 26/11/91

Alexandre Bualz Neto  
Presidente da C.M.V.

ARQUIVE - SE

EM 27/11/1991

SUPERINTENDENTE-  
ADMINISTRATIVO